

Um Panorama da Habitat 2*

Rosa Moura**

Entre 3 e 14 de junho deste ano, aconteceu em Istambul, na Turquia, a 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos - Habitat 2, que contou com a participação de governos, autoridades locais, organizações não-governamentais, parlamentares, setor privado, sindicatos, acadêmicos e pesquisadores, fundações e associações profissionais e religiosas.

Teve como objetivos discutir a problemática urbana e compor, numa agenda de compromissos, um Plano Global de Ação para as próximas décadas.

Além da Conferência oficial, os trabalhos foram complementados por uma série de fóruns paralelos e diálogos temáticos cujas conclusões e recomendações foram incorporadas ao relatório oficial. Pela primeira vez uma Conferência da ONU é aberta à participação de organizações não-governamentais, dando-lhes direito de voz.

* Este artigo pauta-se em informações veiculadas pela imprensa, particularmente pelos jornais *O Estado de S.Paulo* e *Folha de S.Paulo*, referentes ao período de 29 de maio a 17 de junho.

** Geógrafa, técnica do IPARDES.

A importância da Conferência é inquestionável, devido à crescente precarização das condições de vida dos assentamentos humanos, especialmente os dos países subdesenvolvidos. Avaliando cuidadosamente essa problemática, a ONU apresentou um relatório alarmante das condições de vida da população mundial e das perspectivas para as próximas décadas. Esse relatório prevê que a população urbana mundial deve crescer de 2,4 bilhões para 5 bilhões até 2005, num contexto atual onde as cidades já crescem 2,5 vezes mais rápido que as zonas rurais. Quanto à habitação, informa que 600 milhões de pessoas na Ásia, África e América Latina vivem em moradias inadequadas e 100 milhões não têm onde morar. A maioria das cidades do Terceiro Mundo sofrerá carência de água potável até 2010. Atualmente, 50 mil pessoas morrem por dia por viver em moradias inadequadas, por consumir água contaminada ou por falta de saneamento básico.

Na mesma linha de análise, documento do Banco Mundial aponta que 220 milhões de pessoas no mundo não têm acesso à água potável e estima que 420 milhões vivem sem saneamento básico.¹ A situação tende a se agravar com o aumento da demanda futura. O Banco prevê que a população urbana sem serviços básicos possa chegar a 1,4 bilhão no ano de 2010. Documento do Fundo de População das Nações Unidas faz alarmantes previsões quanto à explosão da população nos países em desenvolvimento e ao aumento da pobreza no mundo.² Em paralelo, o aumento acelerado do desemprego e do subemprego nos grandes centros urbanos, especialmente nesses países, poderá resultar em problemas sociais agudos e de difícil controle. Conforme relatório da Organização Internacional do Trabalho - OIT, a urbanização da pobreza avança também nos países industrializados, o que se verifica pelos dados que comparam as duas últimas décadas na Europa e nos Estados Unidos, concluindo pelo aumento da desnutrição, fome, enfermidades e criminalidade.³

A Conferência ocorreu numa cidade onde essas condições de precariedade e contradições urbanas são evidentes. Istambul, antiga Constantinopla, há 1.500 anos era a capital do Império Romano no Ocidente. Hoje tem 6,6 milhões de habitantes segundo levantamentos oficiais, ou 10 milhões de moradores conforme informações não oficiais. O êxodo rural decorrente da automação e da falta de terras agrícolas aumentou, na cidade, as periferias e os cortiços nos grandes casarões da área central; 63% dos imó-

veis estão em condições irregulares e desmoronamentos de prédios ocorrem com certa frequência. Possui apenas 17 Km de linhas de metrô e um trânsito moroso e caótico, com 4 milhões de automóveis e 2 mil mortes no trânsito por ano. O ar da cidade está entre os mais nocivos do mundo, poluído pela emissão de gases do tráfego de veículos e pela queima de carvão para aquecimento doméstico. São poluídos também seus rios, incluindo o Bósforo, que separa a cidade em partes na Europa e Ásia. Apresenta elevados índices de inflação e desemprego e é uma das poucas grandes metrópoles mundiais que não possuem usina de tratamento de esgotos. Uma ironia, pois na época da dominação romana Istambul tinha um dos mais avançados sistemas de esgotos urbanos.

A CONFERÊNCIA

A ONU pretendia, com a Conferência, debater o futuro das cidades e definir a forma que o mundo terá nos próximos anos. Na abertura, discursos rápidos e convencionais tiveram como tônica esperança e pragmatismo. Destaca-se da fala do presidente da Turquia, Sulyman Demirel, a evocação de "que a Habitat 2 contribua para aumentar a solidariedade e a prosperidade do mundo"⁴.

A principal atividade da Conferência foi aprovar a Agenda Habitat, documento oficial pré-redigido durante três encontros preparatórios (Nairobi, Paris e Nova York), composto por 185 parágrafos que estabelecem compromissos, metas e um plano de ação válidos para as próximas duas décadas.⁵

A estrutura da Conferência adotou a interação de atividades entre os Fóruns Paralelos e os Diálogos Temáticos e os dois Comitês oficiais - o Comitê 1 encarregado da redação da Agenda Habitat e o Comitê 2 incumbido de receber e sumarizar as declarações dos Fóruns Paralelos e os relatórios dos Diálogos Temáticos. Estes Comitês elaboraram a Agenda Habitat, relatório que foi aprovado em sessão plenária da Conferência pelas delegações oficiais, ONGs credenciadas e demais parceiros.

As principais discussões se deram em torno do alcance do direito à moradia, do papel do Estado de provedor a capacitador de iniciativas, da emergência da cidade como centro político, de novas formas de gestão com ampla participação da sociedade, dos impactos da globalização nas cidades, da organização da cooperação internacional e do modo de monitoramento da execução do Plano Global de Ação da Agenda Habitat.

Após polêmica, a Conferência aprovou o direito progressivo à moradia e a obrigatoriedade de respeito aos direitos humanos em casos de despejos.

Algumas questões polêmicas, refletindo os principais focos de uma disputa política, foram a essência das atividades e o eixo de concentração da expectativa de todos os interessados:

- a) **direito à moradia:** desde as reuniões preparatórias, foram contrários a esse direito aqueles países – como os Estados Unidos, Japão e Coreia – que temiam, a partir de sua aprovação, a constituição de um direito passível de ser exigido em tribunais. Posicionaram-se a favor todos os demais países, pois consideravam tal direito, antes de tudo, uma postura moral a ser perseguida pelos governos. Reforçando este entendimento, o Vaticano pediu o reconhecimento explícito do direito à moradia digna. O Brasil, que coordenou a relatoria do parágrafo,⁶ defendeu a posição de que a moradia é um direito programático a ser obtido *progressivamente* – palavra que eliminou a polêmica –, e portanto, não passível de ação judicial. Ou seja, a habitação torna-se um direito do cidadão, mas a ser garantido pelos países à medida de suas possibilidades, cabendo-lhes patrocinar as políticas habitacionais, os programas de moradias, realizar os financiamentos e garantir subsídios às populações de baixa renda. Como um direito de realização progressiva, entra na categoria dos direitos que não são exigidos nos tribunais e dependem de mecanismos legais e administrativos complementares para entrar em vigor, como é o caso do direito à saúde, educação e bem-estar. Mas nem por isso é menos importante, pois exerce a influência conceitual e moral do direito, mesmo que não tenha caráter de obrigatoriedade. Os Estados Unidos acabaram por reconhecer que a inclusão servirá para assegurar o direito à propriedade, proteger a população da discriminação e garantir base legal para que consiga sua moradia. No entanto, esse direito somente resolverá o problema mundial da moradia após modificação nas legislações de uso do solo urbano, para que se coíba a especulação imobiliária e se dê condições à população de baixa renda de construir suas casas, preferencialmente na área em que já reside;
- b) **financiamento internacional:** na tentativa de alterar a tendência de queda nos financiamentos internacionais, acelerada com a economia globalizada, a polêmica se estabeleceu em torno dos países pobres que pleiteavam aumento da ajuda financeira pela ampliação dos recursos existentes e criação de novos recursos para solução dos problemas urbanos, e dos países ricos que recomendavam a relocação dos recursos já existentes para áreas mais carentes. Com

relação a este tema, a Comunidade Européia mostrou-se mais intransigente que os Estados Unidos. A proposta aprovada é que 0,7% do PIB dos países desenvolvidos seja destinado a projetos sociais de desenvolvimento e ao apoio a novas formas de financiamento. O percentual de 0,15 pleiteado para assistência a regiões subdesenvolvidas não foi aprovado;

- c) ainda em relação à cooperação internacional, um dos subtemas polêmicos diz respeito à reestruturação do **Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos - Habitat**. Os países em desenvolvimento pretendiam o seu fortalecimento e uma maior dotação de verbas para distribuir a projetos para o Terceiro Mundo. A Comunidade Européia propunha o seu enxugamento e transformação de órgão gestor de pequenos e médios projetos a um órgão de planejamento com ação mais global. Esta última forma prevaleceu. O Centro será fortalecido e permanecerá sediado em Nairobi, Quênia. Mas seu futuro estará sendo decidido no conjunto de alterações que serão promovidas em todos os demais organismos das Nações Unidas. O Rio de Janeiro foi escolhido como sede da unidade regional do Centro Habitat para a América Latina e Caribe. Este escritório objetiva, com recursos da ONU em parceria com os governos, desenvolver projetos para melhoria das condições de vida, além de articular encontros, centralizar informações e tornar-se uma base de referência no continente;
- d) **despejos:** o texto final deste parágrafo orienta que despejos contrários à lei devem ser evitados e, quando forem inevitáveis, os direitos humanos devem ser levados em consideração, como forma de condenar a retirada à força da população. A proposta original do parágrafo deixava claro que só seriam feitas retiradas de famílias caso houvesse consenso ou concordância entre os invasores e quando houvesse outra área para relocação das famílias. As ONGs brasileiras pronunciaram-se, em carta enviada ao embaixador Holanda Cavalcanti, firmando posição de que fossem garantidos os direitos humanos em qualquer forma de despejo, a favor, portanto, da opinião da União Européia, preocupada com os despejos violentos que se sucedem nos países do Terceiro Mundo, e contra a dos Estados Unidos, que não queriam nenhuma menção a direitos humanos no capítulo. Em reunião com o embaixador, as ONGs lembraram que, para o Brasil, era importante a citação do respeito aos direitos humanos em qualquer despejo, lembrando os massacres que se sucedem tanto em áreas rurais como

urbanas. "No Brasil, todos os despejos acabam sendo ilegais. Quando acabará a indústria da liminar?"⁷, indaga um representante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia;

- e) outros pontos aprovados: direito das mulheres em heranças e obtenção de créditos para habitação, fortalecimento dos poderes locais, equilíbrio entre o crescimento econô-

mico e a proteção do meio ambiente das cidades, etc.;

- f) temas secundários que se tornaram polêmicos durante as atividades: situação dos territórios ocupados, reprodução humana (que suscitou o tema da legalização do aborto, o que despertou polêmica polarizando o Vaticano, países islâmicos e a Guatemala contra os demais).

O Banco Mundial adverte: cidades ineficientes afastarão investimentos e conseqüentemente empregos, criando um círculo vicioso de miséria.

De modo geral, algumas observações foram feitas por importantes agentes durante a realização dos trabalhos, como o alerta de que os grandes centros urbanos de países pobres tendem a se transformar em focos de instabilidade para os sistemas democráticos. Dada a escassez de recursos, esses países não conseguem reduzir sequer as carências passadas e muito menos acompanhar as novas demandas básicas. A superação desse problema pode estar no planejamento familiar, capaz de reduzir a pressão populacional sobre as cidades, no desenvolvimento sustentável, que diminui a degradação urbana, e na realização de investimentos sociais para aumentar a cidadania. Tudo isso só será eficiente se implementado a partir de um sistema de parceria, com o entrosamento de governos centrais, locais e comunidade.⁸

O Banco Mundial fez uma advertência significativa: cidades ineficientes afastarão investimentos e, por conseqüência, empregos, gerando um círculo vicioso de miséria. "Numa economia globalizada as cidades devem ser mais competitivas se quiserem atrair mais investimentos."⁹ Uma forma de romper esse círculo é a descentralização com maior poder às prefeituras e o envolvimento comunitário, e a privatização dos serviços, considerando que existem empresas privadas dispostas a investir em infra-estrutura. Elas podem trazer recursos, que estão escassos no setor público, e exibem melhor gerência por sofrerem menos com o envolvimento político. Com essa compreensão, o Banco Mundial destaca Curitiba como um modelo de cidade para os países do Terceiro Mundo.

No documento divulgado, o Banco Mundial inicia afirmando que o futuro econômico, financeiro e social dos países em desenvolvimento dependerá, fundamentalmente, do futuro que tiverem as suas cidades, porque o processo de urbanização que experimentam é irreversível e impossível de ser detido.¹⁰ Ressalta que mais da metade do PIB das nações em desenvolvimento vem das cidades e que "todas as

cidades, não importa a localização, são criadoras de riquezas, centros de trabalho e motores das invenções". Recomenda aos administradores:

- a) cobrar tarifas mais realistas por eletricidade, gás, água e transporte público, em vez de subvencionar os setores mais acomodados;
- b) aplicar com maior freqüência os recursos financeiros disponíveis;
- c) promover a participação do setor privado em infra-estrutura; e
- d) ajustar as áreas do orçamento e de investimento de capital, de modo a obter solvência financeira. Adverte que as perspectivas econômicas das cidades dependerão do seu grau de integração na economia mundial; para tanto, é importante preocupar-se com a qualidade de vida e dar maior atenção aos setores mais carentes da população.

Segundo representante do Banco, as cidades poderiam adotar soluções rápidas e de baixo custo que resolvessem problemas imediatos. "O envolvimento da comunidade, tanto no planejamento como na manutenção dos projetos urbanos, é a chave para o sucesso."¹¹

Contra o avanço da pobreza, a OIT aponta a realização de investimentos em atividades com alto coeficiente de mão-de-obra, como a criação de infra-estruturas e moradias de baixo custo; alianças entre dirigentes políticos, sindicalistas e empresários; e fomento à economia informal (que tem uma parcela muito próxima à da microempresa) com financiamento e crédito.

Dos 185 parágrafos discutidos, 146 foram aprovados e incluídos no Plano Global de Ação. Segundo a ONU, o documento aprovado "é uma chamada global para a ação em todos os níveis e um guia para o desenvolvimento sustentável para todas as cidades do mundo, pelo menos até a 2ª década do próximo século".¹² Seu preâmbulo prevê a necessidade imperativa de melhorar a qualidade dos assentamentos humanos, que afeta profundamente a vida diária das pessoas. "Todos têm direito a um adequado

padrão de vida para si e sua família", conclui a Organização.

A Agenda Habitat será divulgada em sua íntegra. No entanto, visando facilitar sua veiculação para o grande público, ficou estabelecida a elaboração da Declaração de Istambul, que sintetizará os principais pontos da Agenda, reafirmando os compromissos assumidos pelos governos.

A ONU reconhece os novos agentes da sociedade: pela primeira vez numa conferência internacional entidades não-governamentais são formalmente credenciadas e literalmente ouvidas.

Próximo ao encerramento da Conferência, representante da Colômbia protestou contra a inclusão no documento das recomendações dos Fóruns Paralelos. Acatar esse protesto seria contrariar a nova fórmula da Conferência da ONU, que até então se resumia a encontros exclusivos de diplomatas que buscavam, de forma negociada, chegar a acordos sobre determinados temas. A Habitat 2, pela primeira vez, ouviu novos parceiros com o objetivo de comprometer a sociedade civil dos países no cumprimento das decisões, normalmente tornadas letras mortas pelos governos. O Secretário Geral da Conferência Wally N'Dow argumentou que "negar voz aos representantes da sociedade civil seria negar a essência da Conferência".¹³

Participaram da Conferência 145 nações, 1.924 ONGs, 16.000 pessoas com registro oficial da ONU e outras 4.000 sem esse registro. Os chefes de Estado inscritos para a abertura, juntamente com os primeiros-ministros, compuseram um número menor que o esperado. Do mesmo modo, a cerimônia de encerramento contou com a presença de poucos dos 30 chefes de estado previstos, pois estes apenas são obrigados a comparecer em conferências de cúpula, como foram a Rio 92 ou a de Copenhague. Lembre-se aqui que a Habitat não será a última conferência do milênio, já que ocorrerá, em Roma, em novembro próximo, a cúpula mundial de alimentação, com participação prevista de 80 chefes de estado.

O BRASIL NA CONFERÊNCIA

Ocupando o assento da extrema esquerda da 2ª fila, alinhado com o grupo dos países mais pobres (G77 + China, grupo que congrega 132 países), o Brasil teve papel de destaque na Conferência pelo seu posicionamento moderado. Foi o relator do parágrafo sobre direito à moradia, já desde a reunião preparatória de Nova York. Nessa reunião, os representantes oficiais do Brasil posicionavam-se alinha-

dos aos Estados Unidos, de forma contrária ao direito à moradia. Sob argumentação de outros participantes e principalmente sob a pressão das ONGs brasileiras, o país mudou sua posição. Coube ainda ao Brasil a vice-presidência de um dos três subgrupos criados para agilizar os trabalhos do Comitê 2. Este grupo discutiu também a questão dos despejos, dos efeitos da globalização, da condenação unilateral à Cuba e dos direitos reprodutivos (direito à reprodução, capacitação da mulher e conceito de família). Exceto quanto aos despejos, estas questões ficaram sem acordo.

Em Istambul, membros da comitiva brasileira e ONGs elaboraram e entregaram carta à primeira dama Ruth Cardoso, exigindo mudanças na forma de atuação da delegação brasileira na Conferência, defendendo que o governo interferisse "de forma consistente no resgate da cidadania excluída e na elaboração de políticas e estratégias de humanização e democratização das cidades"¹⁴. O governo vinha mantendo uma posição dúbia nas discussões, sem firmeza quanto a temas fundamentais como "políticas municipais e o aumento da exclusão social numa economia globalizada".

ATIVIDADES PARALELAS

Dentre os Fóruns que ocorreram paralelamente à Conferência oficial, grande destaque foi dado à Assembléia Mundial de Cidades e Autoridades Locais, que ocorreu entre 30 e 31 de maio.

Com o objetivo de reunir prefeitos e autoridades locais (globais e regionais) de cidades, a Assembléia foi aberta com a participação de 550 delegados de 100 países. O Brasil participou com 26 delegados, dentre eles os prefeitos de Curitiba, Diadema, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Santos.

A principal argumentação para a realização da Assembléia foi a defesa de uma estrutura permanente de relação entre as cidades. Segundo Jordi Borja, co-diretor do Plano Estratégico do Rio de Janeiro, "as

cidades têm de aparecer como um interlocutor respeitável"¹⁵, unindo-se ante o Estado e organismos internacionais. Para ele, a ONU pode ser considerada impotente para ser o elemento regulador da globalização e a conseqüente multiplicação dos agentes econômicos. "Entre os mecanismos que podem contribuir para a regulação mundial, uma rede de cidades pode ser muito positiva." Em ocasiões especiais, as cidades podem mobilizar recursos sem passar por estruturas centrais, onde parte desses recursos se perde. Além disso, os prefeitos têm mais capacidade de se conectar com a sociedade civil e de conquistar credibilidade, beneficiando-se da atividade das ONGs, "e isso ajuda a demonstrar que a atividade internacional não pode ser monopolizada pelos governos centrais".

O texto preliminar a ser ratificado nessa Assembléia pedia aos governos nacionais que assumissem o compromisso de descentralizar suas políticas de investimentos, dando ou aumentando a autonomia das cidades nas questões urbanas, e a garantia da distribuição equilibrada dos recursos para as autoridades locais em proporção às suas necessidades. O documento revela cuidado quanto a não parecer que propõe administrações autônomas, pois a autonomia pleiteada não exclui o controle e o apoio do Estado.

O documento aprovado propõe a criação de uma comissão permanente que se encarregará de formar uma associação de federação de cidades, para agir como interlocutor único perante a ONU e outros organismos internacionais. A associação atuaria como uma espécie de coordenação permanente das dezenas de associações internacionais de cidades existentes em todo o mundo.

O documento propõe também a formação de uma frente comum para exigir de todos os países a intensificação de suas políticas de descentralização, maior autonomia constitucional para as cidades e, conseqüentemente, uma distribuição mais equitativa de recursos orçamentários disponíveis. Exige mais deveres e direitos na implementação de políticas relacionadas com a questão urbana, como a de meio ambiente, a de habitação e a de transportes.

Os prefeitos participantes estão conscientes de que o mundo está cada vez mais urbano e precisa organizar-se, reajustar-se e revisar o seu modo de pensar e atuar para cumprir a obrigação de criar "assentamentos humanos viáveis, solidários, sãos e seguros". Reafirmam o conceito de que "a cidade deve ser o assentamento humano chave. É com base nela que se deveriam criar políticas para o desenvolvimento sustentado, o bem-estar e a coesão da maioria das populações."¹⁶ Não ignoram os efeitos perversos dos assentamentos urbanos, tais como o desen-

volvimento da miséria física e moral, o aumento da insegurança e a deterioração do meio ambiente e das condições de vida do cidadão. É exatamente por isso que consideram urgente a busca de remédios para as cidades.

Para tanto, querem dispor de recursos financeiros e humanos necessários e pedem à comunidade internacional que a proposta federação seja reconhecida como interlocutor válido, para negociar as orientações referentes a desenvolvimento urbano.

O organismo proposto será chamado de Associação Internacional de Cidades e Autoridades Locais. Em reunião em Paris no dia 7 de setembro, serão decididos seu estatuto e sua estrutura de funcionamento. O canal de participação na tomada de decisões será o Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos - Habitat. A coordenação dessa primeira reunião será de Jaime Ravinet, atual prefeito de Santiago do Chile e coordenador da União Internacional de Autoridades e Poderes Locais - IULA, entidade que congrega cidades de 80 países. Paris, Lisboa e Genebra disputam sediar a comissão criada.

Outra atividade que foi alvo de grande destaque foi o Fórum das Organizações Não-Governamentais, entre 30 de maio e 11 de junho, no qual participaram 2.523 ONGs, muitas delas brasileiras.

Este fórum teve uma programação extensa, incluindo uma série de *workshops* com temas como o direito de moradia, despejos, propriedade da terra no mundo, êxodo rural, governos locais, descentralização e participação, áreas centrais das cidades, comunicação e cultura urbana, autoconstrução, tecnologias alternativas apropriadas, solidariedade, estratégias, mulher e habitat, mulheres e sem-teto, direito de herança para as mulheres, participação e jovens, crianças e programa de direito à moradia. Realizou debates sobre tendências político-econômicas e moradias, e mesas redondas sobre meio ambiente e economia popular urbana, estratégia, produção social do habitat e formulação de estratégia global de ação para a América Latina. Dentre outras atividades, cedeu espaço para a apresentação de 300 posters preparados por ONGs ilustrando suas experiências em prover habitações e comunidades sustentáveis, bem como para a exibição dos projetos bem sucedidos e da indicação das piores práticas quanto à violação do direito à moradia por despejos.

A importância deste Fórum vai muito além do fato de ter sido uma atividade paralela com elevado número de participantes, eventos e importantes temas tratados. Reside, sim, no avanço de que, pela primeira vez numa Conferência Internacional das Nações Unidas, as entidades não-governamentais foram formalmente credenciadas e literalmente ouvidas pelos par-

ticipantes. Destaca-se que o último discurso oficial da Conferência foi o de um representante de uma ONG. Essa abertura deve-se à percepção de que novos agentes se impõem na sociedade em nível mundial – interlocutores que precisam ser ouvidos.

Avaliando o significado desse Fórum, o Brasil divulgou a Carta de Istambul, um documento assinado por 39 ONGs brasileiras, sendo 4 paranaenses, e que julga positiva sua participação principalmente pelo estreitamento de contatos com redes internacionais de solidariedade e cooperação técnica, econômica e política. A Carta elogia a posição independente assumida pelo governo brasileiro nas negociações e o entendimento, por parte das autoridades, quanto à importância da participação das ONGs.

No dia 10 de junho o Fórum encaminhou ao Secretário Geral da Conferência, Wally N'Dow, uma petição popular com mais de 500 mil assinaturas às Nações Unidas para reafirmar o direito humano à habitação adequada.¹⁷

O Fórum dos Parlamentares, com participação aquém da prevista, fundamentava-se na constatação de que 20 anos após a Habitat 1 pouco se avançou na legislação sobre desenvolvimento urbano, na maioria dos países participantes. Na declaração de princípios aprovada no Fórum, destaca-se:

- a) a institucionalização das recomendações do Plano Global de Ação;
- b) a cooperação com os governos dos países na busca de maiores recursos nacionais e internacionais para ações em assentamentos humanos e habitação; e
- c) o levantamento e a avaliação das legislações sobre assentamentos humanos e habitação dos países participantes.

Dentre os outros Fóruns, a imprensa deu destaque ao Fórum Mundial de Empresários, que aconteceu entre 30 de maio a 2 de junho. Seus participantes levantaram como preocupação básica a corrupção. Alegaram que os empresários são ao mesmo tempo vítimas e vilões da corrupção, sendo difícil, de um dia para o outro, parar de pagar subornos. Buscam "ilhas de integridade", onde as empresas estariam livres dos subornos. Dentre os trabalhos apresentados, teve maior destaque o Index de Percepção da Corrupção, elaborado pela ONG Transparency International, que discorda do senso comum de que pagar propinas faz parte da cultura dos países do Terceiro Mundo. Nesse Index o Brasil posiciona-se em 40º lugar.¹⁸

Aconteceram, também, os Fóruns de Acadêmias de Ciências; das Fundações; da União dos Trabalhadores – todos no período de 31 de maio a 1º de junho, e da Solidariedade Humana (8 de junho),

com o objetivo de afirmar princípios e declarar compromissos, subsidiando o Comitê 2.

Cite-se ainda como de fundamental importância a Jornada Ibero-Americana, em 31 de maio, cujo principal ponto da pauta foi a discussão do déficit habitacional, estimado para a América Latina e Caribe em 35 milhões de moradias. Como alternativas foram defendidas soluções tecnológicas próprias, compreendendo que as soluções dos países desenvolvidos se mostrou inadequada para as camadas pobres da população; e o incentivo à participação popular em programas para diminuir o déficit habitacional. Ressaltou-se o exemplo de Cuba quanto ao desenvolvimento de materiais alternativos e de baixo custo energético.

Também foram consideráveis os resultados dos Diálogos para o Século 21, que discutiram cidadania e democracia nas cidades e cidades sustentáveis no século 21 (este último promovido pela OMS, em que foi apresentado o programa de saúde da cidade de Santos-SP, considerado uma das 102 melhores práticas da ONU), além de vários temas incluindo modelos para megalópoles do futuro. Nos Diálogos, em que as expressões mais ouvidas foram *pobreza e sustentabilidade*, a ênfase foi a importância da participação das comunidades no jogo financeiro internacional, e, a principal idéia defendida, a existência de um sistema claro de comunicação entre o governo e a comunidade.

No debate "Água para uma cidade sedenta", o alerta foi de que a água poderá substituir o petróleo como pivô em eventuais guerras entre países. Dentre as cidades que mais sofrerão pela escassez de água estão São Paulo e Cidade do México.

Outros debates tiveram espaço, como "Política social para gêneros nas cidades"; "Administração do tempo nas cidades"; "Reunião da Internacional socialista" (quando Rafael Greca defendeu a criação de um Banco Mundial de Habitação, nos moldes do extinto BNH); "Fórum contra a pobreza urbana" (em que foi divulgada a Declaração de Recife); e "Mercado mundial de sexo e prostituição infantil", dentre outros.

Convidado para o debate "Uma cidade para todos", Jaime Lerner afirmou que o direito à moradia é parcial: "muito mais importante é o direito à cidade". "De que adianta uma moradia se ela não estiver integrada à educação, à saúde, a tudo aquilo que uma cidade tem a oferecer a seus cidadãos?"¹⁹ Para ele, as cidades não são o problema, mas a solução, por serem libertadoras, democráticas e por poderem, realmente, abrir uma nova perspectiva para o mundo. Basta criar condições, fazer da mudança uma causa compartilhada com toda a população. "O único poder que tem condição de dar uma resposta rápida à população é o poder local, o poder da cidade."

Importante momento da Conferência foi a premiação das melhores práticas, ou seja, o estímulo a soluções criativas para problemas urbanos que não são necessariamente encontradas pelo governo.

MELHORES PRÁTICAS

Muitas premiações tiveram espaço durante a Conferência, sendo considerada como mais relevante a entrega do Prêmio de Excelência na Melhoria das Condições de Vida (Awards for Excellence in Improving the Living Environment), no dia 3 de junho, oferecido pelas prefeituras de Tóquio e de Dubai, Emirados Árabes.²⁰

São compreendidas como *melhores práticas* aquelas soluções para problemas urbanos não necessariamente encontradas pelo governo. Os critérios de seleção consideraram seu impacto positivo em melhorar a vida nas cidades, a existência de parcerias entre, no mínimo, dois agentes, e seu impacto no cotidiano em termos de capacidade de alterar leis, políticas sociais e decisões.

No Brasil, o processo local de seleção ocorreu em dezembro de 1995, tendo como critérios o impacto, as parcerias, a sustentabilidade e o potencial de universalização da proposta. Sob coordenação da Secretaria Nacional de Política Urbana (SEPURB), dentre 69 projetos foram selecionados 18. Dois projetos paranaenses incluíram-se nesta seleção nacional e passaram a constar do catálogo da ONU. São eles o projeto de urbanização de favelas e recuperação de áreas de fundo de vale utilizando entulho reciclado para construção de moradias em regime de mutirão, desenvolvido pela Prefeitura de Londrina; e o projeto de auditoria ambiental para o Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba, desenvolvido pela ONG Fórum Ambientalista da Região Metropolitana de Curitiba. Este processo preliminar não impediu que outros projetos brasileiros fossem encaminhados diretamente à ONU.

Em nível mundial, foram inscritas para a premiação mais de 600 práticas de 91 países participantes. Uma primeira seleção escolheu 100 experiências, dentre as quais, das 18 brasileiras, havia projetos de Fortaleza, Santos (programa de saúde), Porto Alegre (orçamento participativo) e Recife (regularização fundiária). Uma avaliação final em Toronto, no Canadá, no último mês de abril, selecionou as 12 premiadas. O prêmio foi entregue em Istambul por representantes dos países patrocinadores.

Entre as 12 melhores práticas, o Brasil foi incluído pelo projeto desenvolvido pelas ONGs Cearah Periferia e Group de Recherche et d'Échanges Technologiques - GRET. O projeto volta-se à gestão inte-

grada para projetos de reurbanização através da reabilitação de favelas na Região Metropolitana de Fortaleza, evitando a demolição das casas e procurando não remover os favelados do local. Faz uso da educação dos moradores mostrando que as melhorias das condições de vida depende deles, de sua capacidade para a construção de moradias e participação na administração de fundos comunitários, bem como da transparência desta. Esse projeto vem sendo desenvolvido já há algum tempo. Em 1988, em processo de mutirão a comunidade construiu 50 casas numa área degradada; em 1991 criou-se um fundo comunitário para a construção de um minidistrito industrial que hoje emprega 50 moradores; 148 famílias receberam empréstimos para melhorias em suas residências; e foram construídos creche, praça e centro comercial.

Outra premiação foi a promovida pelo Programa de Gestão Urbana da ONU, que indicou as melhores experiências em gestão urbana. Dentre as 18 cidades indicadas na América Latina, o Brasil recebeu 4 prêmios: Fortaleza (programa de desenvolvimento da comunidade na Região Metropolitana), Curitiba (sistema de transportes, inovações urbanísticas e plano diretor), Porto Alegre (orçamento participativo) e Belo Horizonte (programa de segurança alimentar). Sobre essas premiações, ressaltando a importância da troca de experiências, Wally N'Dow afirma: "Curitiba é um bom exemplo, mas há muitos outros em todo o mundo",²¹ e conclui dizendo que há que juntar todos os exemplos para tentar melhorar a vida nas cidades.

Além desses, também foram concedidos prêmios pela UNICEF, que indicou outras 100 propostas exemplares em boas práticas urbanas, incluindo, dentre estas, experiências de Santos e de Angra dos Reis. Foi também concedido o prêmio Global 500, pela ONU, e premiada a brasileira Sonia Regina de Brito, da ONG Movimento Brasileiro em Defesa da Vida, do Rio de Janeiro, pela sua atuação na preservação do meio ambiente e assessoramento a comunidades carentes.

Ocorreu ainda um júri simulado sobre a sustentabilidade das cidades, julgando os países que mais violaram o meio ambiente e os direitos humanos. O Brasil foi escolhido pela prática generalizada das remoções forçadas de pessoas de suas moradias.

Reforçando o espírito das trocas, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

ticipantes. Destaca-se que o último discurso oficial da Conferência foi o de um representante de uma ONG. Essa abertura deve-se à percepção de que novos agentes se impõem na sociedade em nível mundial – interlocutores que precisam ser ouvidos.

Avaliando o significado desse Fórum, o Brasil divulgou a Carta de Istambul, um documento assinado por 39 ONGs brasileiras, sendo 4 paranaenses, e que julga positiva sua participação principalmente pelo estreitamento de contatos com redes internacionais de solidariedade e cooperação técnica, econômica e política. A Carta elogia a posição independente assumida pelo governo brasileiro nas negociações e o entendimento, por parte das autoridades, quanto à importância da participação das ONGs.

No dia 10 de junho o Fórum encaminhou ao Secretário Geral da Conferência, Wally N'Dow, uma petição popular com mais de 500 mil assinaturas às Nações Unidas para reafirmar o direito humano à habitação adequada.¹⁷

O Fórum dos Parlamentares, com participação aquém da prevista, fundamentava-se na constatação de que 20 anos após a Habitat 1 pouco se avançou na legislação sobre desenvolvimento urbano, na maioria dos países participantes. Na declaração de princípios aprovada no Fórum, destaca-se:

- a) a institucionalização das recomendações do Plano Global de Ação;
- b) a cooperação com os governos dos países na busca de maiores recursos nacionais e internacionais para ações em assentamentos humanos e habitação; e
- c) o levantamento e a avaliação das legislações sobre assentamentos humanos e habitação dos países participantes.

Dentre os outros Fóruns, a imprensa deu destaque ao Fórum Mundial de Empresários, que aconteceu entre 30 de maio a 2 de junho. Seus participantes levantaram como preocupação básica a corrupção. Alegaram que os empresários são ao mesmo tempo vítimas e vilões da corrupção, sendo difícil, de um dia para o outro, parar de pagar subornos. Buscam "ilhas de integridade", onde as empresas estariam livres dos subornos. Dentre os trabalhos apresentados, teve maior destaque o Index de Percepção da Corrupção, elaborado pela ONG Transparency International, que discorda do senso comum de que pagar propinas faz parte da cultura dos países do Terceiro Mundo. Nesse Index o Brasil posiciona-se em 40º lugar.¹⁸

Aconteceram, também, os Fóruns de Acadêmias de Ciências; das Fundações; da União dos Trabalhadores – todos no período de 31 de maio a 1º de junho, e da Solidariedade Humana (8 de junho),

com o objetivo de afirmar princípios e declarar compromissos, subsidiando o Comitê 2.

Cite-se ainda como de fundamental importância a Jornada Ibero-Americana, em 31 de maio, cujo principal ponto da pauta foi a discussão do déficit habitacional, estimado para a América Latina e Caribe em 35 milhões de moradias. Como alternativas foram defendidas soluções tecnológicas próprias, compreendendo que as soluções dos países desenvolvidos se mostrou inadequada para as camadas pobres da população; e o incentivo à participação popular em programas para diminuir o déficit habitacional. Ressaltou-se o exemplo de Cuba quanto ao desenvolvimento de materiais alternativos e de baixo custo energético.

Também foram consideráveis os resultados dos Diálogos para o Século 21, que discutiram cidadania e democracia nas cidades e cidades sustentáveis no século 21 (este último promovido pela OMS, em que foi apresentado o programa de saúde da cidade de Santos-SP, considerado uma das 102 melhores práticas da ONU), além de vários temas incluindo modelos para megalópoles do futuro. Nos Diálogos, em que as expressões mais ouvidas foram *pobreza e sustentabilidade*, a ênfase foi a importância da participação das comunidades no jogo financeiro internacional, e, a principal idéia defendida, a existência de um sistema claro de comunicação entre o governo e a comunidade.

No debate "Água para uma cidade sedenta", o alerta foi de que a água poderá substituir o petróleo como pivô em eventuais guerras entre países. Dentre as cidades que mais sofrerão pela escassez de água estão São Paulo e Cidade do México.

Outros debates tiveram espaço, como "Política social para gêneros nas cidades"; "Administração do tempo nas cidades"; "Reunião da Internacional socialista" (quando Rafael Greca defendeu a criação de um Banco Mundial de Habitação, nos moldes do extinto BNH); "Fórum contra a pobreza urbana" (em que foi divulgada a Declaração de Recife); e "Mercado mundial de sexo e prostituição infantil", dentre outros.

Convidado para o debate "Uma cidade para todos", Jaime Lerner afirmou que o direito à moradia é parcial: "muito mais importante é o direito à cidade". "De que adianta uma moradia se ela não estiver integrada à educação, à saúde, a tudo aquilo que uma cidade tem a oferecer a seus cidadãos?"¹⁹ Para ele, as cidades não são o problema, mas a solução, por serem libertadoras, democráticas e por poderem, realmente, abrir uma nova perspectiva para o mundo. Basta criar condições, fazer da mudança uma causa compartilhada com toda a população. "O único poder que tem condição de dar uma resposta rápida à população é o poder local, o poder da cidade."

Importante momento da Conferência foi a premiação das melhores práticas, ou seja, o estímulo a soluções criativas para problemas urbanos que não são necessariamente encontradas pelo governo.

MELHORES PRÁTICAS

Muitas premiações tiveram espaço durante a Conferência, sendo considerada como mais relevante a entrega do Prêmio de Excelência na Melhoria das Condições de Vida (Awards for Excellence in Improving the Living Environment), no dia 3 de junho, oferecido pelas prefeituras de Tóquio e de Dubai, Emirados Árabes.²⁰

São compreendidas como *melhores práticas* aquelas soluções para problemas urbanos não necessariamente encontradas pelo governo. Os critérios de seleção consideraram seu impacto positivo em melhorar a vida nas cidades, a existência de parcerias entre, no mínimo, dois agentes, e seu impacto no cotidiano em termos de capacidade de alterar leis, políticas sociais e decisões.

No Brasil, o processo local de seleção ocorreu em dezembro de 1995, tendo como critérios o impacto, as parcerias, a sustentabilidade e o potencial de universalização da proposta. Sob coordenação da Secretaria Nacional de Política Urbana (SEPURB), dentre 69 projetos foram selecionados 18. Dois projetos paranaenses incluíram-se nesta seleção nacional e passaram a constar do catálogo da ONU. São eles o projeto de urbanização de favelas e recuperação de áreas de fundo de vale utilizando entulho reciclado para construção de moradias em regime de mutirão, desenvolvido pela Prefeitura de Londrina; e o projeto de auditoria ambiental para o Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba, desenvolvido pela ONG Fórum Ambientalista da Região Metropolitana de Curitiba. Este processo preliminar não impediu que outros projetos brasileiros fossem encaminhados diretamente à ONU.

Em nível mundial, foram inscritas para a premiação mais de 600 práticas de 91 países participantes. Uma primeira seleção escolheu 100 experiências, dentre as quais, das 18 brasileiras, havia projetos de Fortaleza, Santos (programa de saúde), Porto Alegre (orçamento participativo) e Recife (regularização fundiária). Uma avaliação final em Toronto, no Canadá, no último mês de abril, selecionou as 12 premiadas. O prêmio foi entregue em Istambul por representantes dos países patrocinadores.

Entre as 12 melhores práticas, o Brasil foi incluído pelo projeto desenvolvido pelas ONGs Cearah Periferia e Group de Recherche et d'Échanges Technologiques - GRET. O projeto volta-se à gestão inte-

grada para projetos de reurbanização através da reabilitação de favelas na Região Metropolitana de Fortaleza, evitando a demolição das casas e procurando não remover os favelados do local. Faz uso da educação dos moradores mostrando que as melhorias das condições de vida depende deles, de sua capacitação para a construção de moradias e participação na administração de fundos comunitários, bem como da transparência desta. Esse projeto vem sendo desenvolvido já há algum tempo. Em 1988, em processo de mutirão a comunidade construiu 50 casas numa área degradada; em 1991 criou-se um fundo comunitário para a construção de um minidistrito industrial que hoje emprega 50 moradores; 148 famílias receberam empréstimos para melhorias em suas residências; e foram construídos creche, praça e centro comercial.

Outra premiação foi a promovida pelo Programa de Gestão Urbana da ONU, que indicou as melhores experiências em gestão urbana. Dentre as 18 cidades indicadas na América Latina, o Brasil recebeu 4 prêmios: Fortaleza (programa de desenvolvimento da comunidade na Região Metropolitana), Curitiba (sistema de transportes, inovações urbanísticas e plano diretor), Porto Alegre (orçamento participativo) e Belo Horizonte (programa de segurança alimentar). Sobre essas premiações, ressaltando a importância da troca de experiências, Wally N'Dow afirma: "Curitiba é um bom exemplo, mas há muitos outros em todo o mundo",²¹ e conclui dizendo que há que juntar todos os exemplos para tentar melhorar a vida nas cidades.

Além desses, também foram concedidos prêmios pela UNICEF, que indicou outras 100 propostas exemplares em boas práticas urbanas, incluindo, dentre estas, experiências de Santos e de Angra dos Reis. Foi também concedido o prêmio Global 500, pela ONU, e premiada a brasileira Sonia Regina de Brito, da ONG Movimento Brasileiro em Defesa da Vida, do Rio de Janeiro, pela sua atuação na preservação do meio ambiente e assessoramento a comunidades carentes.

Ocorreu ainda um júri simulado sobre a sustentabilidade das cidades, julgando os países que mais violaram o meio ambiente e os direitos humanos. O Brasil foi escolhido pela prática generalizada das remoções forçadas de pessoas de suas moradias.

Reforçando o espírito das trocas, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

criou, durante a Conferência, a Aliança Mundial de Cidades contra a Pobreza, projeto que se baseia na troca de experiências bem sucedidas em programas para comunidades situadas abaixo da linha da pobreza, com parcerias de ONGs e autoridades locais.

Estimula, também, novos investimentos e a criação de grupos regionais. Dubai tornou permanente o Prêmio de Excelência na Melhoria das Condições de Vida, com previsão de premiação em 4 de outubro de 1998, no valor de US\$ 30 mil.

AS 12 MELHORES PRÁTICAS PREMIADAS PELA HABITAT 2

Buenos Aires (Argentina) - Projeto habitacional para população de baixa renda, com garantia de posse da terra, ao norte de Buenos Aires. Foram beneficiadas 815 pessoas. Em sistema de mutirão, o custo de construção foi reduzido em até 60%.

Abidjã (Costa do Marfim) - Poder público formou centros comunitários para atacar problemas sociais e econômicos. A parceria permitiu a criação de 2 mil empregos e o custo das ligações de água foi reduzido em 60%.

Índia (várias províncias) - Programa criou banco para mulheres pobres e autônomas - Shri Mahila Sewa Sahakari Bank - terem acesso a financiamentos. Começou, em 1974, com 4 mil clientes, e hoje já conta com 51 mil depositantes.

Agadir (Marrocos) - Em 1960, depois de um terremoto que destruiu a maior parte da região metropolitana de Agadir, programas para a urbanização de favelas e construção de moradias foram adotados. Os projetos buscavam o engajamento da população.

Nova York (EUA) - O programa visa à revitalização de 300 quarteirões do South Bronx em 5 anos. Prevê a recuperação de edifícios históricos e equipamentos públicos, construção de casas e intervenções em educação, saúde, transporte e criação de empregos.

Toronto (Canadá) - A ONU reconhece a Grande Toronto como a maior metrópole multicultural do mundo. Os imigrantes e descendentes são 25% da população. Descentralizados, programas prevêm treinamento de relações inter-raciais para servidores públicos.

Tilburg (Holanda) - Considerado um exemplo em relação à organização administrativa do município, com indicadores de qualidade dos serviços públicos e ampla participação dos moradores.

Lublin (Polônia) - Em dois anos, o programa reabilitou 137 casas e construiu 50 novos prédios nos dois bairros pilotos do projeto, Bronowice e Kosminek. O local, que antes tinha 6 lojas, passou a ter 55 e a empregar 120 pessoas.

Chattanooga (EUA) - Em 25 anos, a cidade mais poluída do país transformou-se em exemplo recuperando a qualidade do ar. O programa envolveu toda a comunidade na preservação de áreas verdes, criação de empregos e ações no setor educacional.

Fortaleza (Brasil) - Mutirões, na região metropolitana de Fortaleza, no Ceará. Foram construídas casas para 50 famílias e outras 148 receberam empréstimos para melhorias em suas residências. Infra-estrutura, emprego, educação foram outros temas incluídos no programa.

Província de Anhui (China) - Programa recuperou área rural depois da destruição de 278 mil casas, com a inundação do local em 1991. Com a participação da população e ajuda do governo chinês, a província foi totalmente reconstruída.

Alexandra (África do Sul) - Uma grande central informativa, a Community Information Resource Centre (Circ), pertence à comunidade. Ela possibilita o acesso a qualquer informação para a redução das desigualdades legadas pelo *apartheid*. Analfabetismo, nutrição, saúde, desemprego são temas abordados.

FONTE: *O Estado de S. Paulo*, 5 de junho de 1996. Caderno C, p.6

O legado da Conferência é o grande desafio de implementar a Agenda Habitat.

BALANÇO

Nos bastidores, a Conferência se fez acompanhar de uma série de protestos, como o ocorrido contra a matança de animais - cães, gatos e gaiotas - para a limpeza e preparação da cidade; a expulsão de ciganos e crianças que perambulavam pelas ruas; a realização da Conferência na Turquia, por parte de ONGs locais; a poluição no estreito de Bósforo; e o protesto motivado pela rejeição dos moradores à Conferência em razão das reformas de calçadas e ruas e da paralisação do tráfego no distrito da cidade onde ficam os tesouros arquitetônicos e históricos da cidade, e no bairro onde se realizava a Conferência. Ocorreram também ações violentas, como a ação policial contra reuniões alternativas pelos direitos hu-

manos na Turquia; a proibição de reunião alternativa de partidos e ONGs ambientalistas; a proibição da passeata pelo direito à moradia, organizada por 300 ONGs representando 500 milhões de pessoas de todo o mundo; a explosão de bombas nas proximidades do centro das conferências e em hotel da cidade; e a proibição da presença de moradores de Istambul no Vale das Conferências.

Outras críticas foram feitas à Conferência, especialmente aquelas que acusam de elevados os custos para resultados mínimos. Justificando-se, a ONU declara que investiu US\$ 1,7 milhão na realização da Habitat 2 - um valor 7 vezes menor que aquele investido para a realização da Habitat 1, em 1976, em Vancouver. A organização levantou, ainda, US\$ 16

milhões entre países e entidades participantes. O governo turco investiu US\$ 40 milhões em infra-estrutura para estruturar o centro de conferências - um investimento que será apropriado pela cidade para outros eventos - e US\$ 28 milhões na organização da Conferência, com o objetivo de consolidar a cidade como centro de turismo internacional e sede de congressos, e reforçar a candidatura da cidade a sediar as Olimpíadas de 2004.

Quanto aos resultados, muitos pontos positivos podem ser destacados, como os acordos para soluções de problemas, as melhores práticas como estímulos a soluções criativas, ou os documentos apresentados.

Num balanço ao final da Conferência, Jorge Wilhelm, seu Secretário Geral Adjunto, levantou que a abertura da ONU aos governos locais, ONGs e outros setores da sociedade é irreversível. Ela vai obrigar à descoberta de novos caminhos de contato com a sociedade e os diversos parceiros para que se organizem como interlocutores de governos nas questões internacionais. Destacou a importância das autoridades locais e da decisão de que os comitês nacionais organizados para mobilizarem a Conferência tornem-se permanentes para acompanhar as decisões tomadas em Istambul.

Wilhelm apontou como "palavras mágicas" da Conferência *parceria* e *autoridade local*, as quais permitirão inovações mais estruturais na ONU, por exemplo. Ressaltou, também, que embora as ONGs tenham conquistado um novo espaço de participação, não obscureceram a posição dos governos, embora reconheça que muitos podem vir a lavar as mãos para desfazer-se de responsabilidades, delegando-as às ONGs. Ele identifica que um novo papel foi atribuído ao governo, o de capacitar a sociedade para

assumir novas atitudes e estabelecer políticas urbanas para toda a sociedade.

De um modo geral, o secretário entende que a Conferência prestou uma contribuição indireta, porém importante, para a melhoria das cidades: "revelou novos rumos ao mundo".²² Ela vai mostrar a muitos países a necessidade de criar políticas urbanas e melhorar a relação entre o governo central e o local, tendo efetivado modificações institucionais na questão dos financiamentos, num trabalho conjunto com as instituições. Conclui dizendo que "a ONU poderá inventar novos mecanismos e critérios para ser a organização das nações unidas e não apenas uma organização de governos unidos".²³

Para Wally N'Dow a Conferência vem patrocinar uma cultura de esperanças. Destaca a relevância do direito à moradia, entendendo-a como moradia aceitável, ou seja, aquela com direito a espaço, higiene, serviços, água limpa, solidariedade, sem a qual nossas cidades continuariam a se fragmentar e a paz social seria rompida. "Esse é o debate crítico iniciado em Istambul".²⁴

O embaixador do Brasil, Holanda Cavalcanti, avalia que a Habitat 2 foi um sucesso antes mesmo de começar, pois despertou a consciência mundial para a questão urbana, mobilizando prefeitos, sindicatos, empresários, universidades, ONGs. "Acho que estão criadas as condições para que todos possam continuar contribuindo para a solução dos problemas das cidades".²⁵ Acrescenta, porém, que "há que vigiar o Estado para que ele crie realmente as condições legais, formule programas e dê os recursos necessários para implementar o direito".

Nelson Saule Jr., do Instituto Polis, uma ONG brasileira, finaliza: "o desafio será transpor para a realidade tudo o que foi para o papel".²⁶

NOTAS

- ¹ BANCO Mundial aponta a produção das cidades. *O Estado de S. Paulo*, 31 maio 1996. p.5.
- ² DECIA, Patricia. Pobreza cresce na América Latina e Caribe. *Folha de S. Paulo*, 30 maio 1996. Caderno 3, p. 1.
- ³ DESEMPREGO ameaça cidades, adverte OIT. *O Estado de S. Paulo*, 29 maio 1996. Caderno C, p. 6.
- ⁴ ABERTURA oficial segue modelo sem surpresas. *O Estado de S. Paulo*, 3 jun. 1996. Caderno C, p.3.
- ⁵ Parágrafos 1 a 12 - Preâmbulo; 13 a 22 - Objetivos e princípios; 23 a 35 - Compromissos; 36 a 185 - Plano Global de Ação (36 a 42 - Introdução; 43 a 75 - Moradia adequada para todos; 76 a 128 - Assentamentos humanos sustentáveis em um mundo em urbanização; 129 a 142 - Desenvolvimento institucional e capacidade de construção; 143 a 157 - Coordenação e cooperação institucional; e 158 a 185 - Implementação e acompanhamento do Plano Global de Ação).
- ⁶ Coordenação exercida por Marcela Nicodemus, representante do Ministério de Relações Exteriores do governo brasileiro.
- ⁷ GAZZI, Roberto. Países querem respeito a direitos em despejos. *O Estado de S. Paulo*, 12 jun. 1996. Caderno C, p. 9.
- ⁸ DIMENSTEIN, Gilberto. Pobres ameaçam a democracia. *Folha de S. Paulo*, 04 jun. 1996. Caderno 3, p. 5.
- ⁹ DIMENSTEIN, Gilberto. Grande centro terá menos verba. *Folha de S. Paulo*, 04 jun. 1996. Caderno 3, p. 5.
- ¹⁰ BANCO Mundial aponta a produção das cidades. *O Estado de S. Paulo*, 31 maio 1996. p.5.
- ¹¹ CASA do Banco Mundial custa US\$ 100. *Folha de São Paulo*, 4 jun. 1996. Caderno 3, p. 5.
- ¹² GAZZI, Roberto. Todos têm direito a bom padrão de vida. *O Estado de S. Paulo*, 17 jun. 1996. Caderno C, p. 4.
- ¹³ GAZZI, Roberto. Habitat 2 termina pedindo o fim da pobreza. *O Estado de S. Paulo*, 17 jun. 1996. Caderno C, p.4.
- ¹⁴ GAZZI, Roberto. Comitê brasileira racha no 1º dia da Habitat. *O Estado de S. Paulo*, 4 jun. 1996. Caderno C, p. 1.
- ¹⁵ MUARREK, Ubiratan. Sociólogo catalão quer estrutura permanente. *O Estado de S. Paulo*, 31 maio, 1996. Caderno C, p. 5.
- ¹⁶ PREFEITOS querem representação na ONU. *O Estado de S. Paulo*, 1 jun. 1996. Caderno C, p. 5.
- ¹⁷ O Fórum Habitat Paraná participou da mobilização colhendo 1.019 assinaturas entre as entidades integrantes.
- ¹⁸ STYCER, Mauricio. Brasil é 14º (sic) em corrupção, diz ONG. *Folha de S. Paulo*, 1 jun. 1996. Caderno 3, p.4.
- ¹⁹ RABINOVICI, Moisés. Governos estão na 'Idade da Pedra', diz Lerner. *O Estado de S. Paulo*, 11 jun. 1996. Caderno C, p.4.

²⁰ Enquanto Dubai patrocina o prêmio por considerar todos os seus problemas urbanos resolvidos, Tóquio é criticada pelas ONGs japonesas por não ter uma política de assentamentos para seus 5.000 sem-teto.

²¹ GAZZI, Roberto. Curitiba é exemplo mundial, diz N'Dow. *O Estado de S.Paulo*, 5 jun. 1996. Caderno C, p. 1.

²² GAZZI, Roberto. Habitat 2 termina pedindo fim da pobreza. *O Estado de S.Paulo*, 17 jun. 1996. Caderno C, p. 4.

²³ GAZZI, Roberto. As inovações da Habitat 2 vieram para ficar. *O Estado de S.Paulo*, 9 jun. 1996. Caderno C, p. 4.

²⁴ "CIDADE global é o caldeirão onde ferve a cultura". *O Estado de S.Paulo*, 9 jun. 1996. Caderno C, p. 4.

²⁵ GAZZI, Robert. Já estão criadas as condições para mudar o futuro das cidades. *O Estado de S.Paulo*, 16 jun. 1996.

Caderno C, p. 3.

²⁶ RYDLE, Carlos. Declaração internacional será assinada por representantes de 150 países. *O Estado de S.Paulo*, 2 jun. 1996. Caderno C, p. 7.

28 de Maio - Dia Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna: um tema para reflexão

Marta Rovey Souza*

O Comitê de Mortalidade Materna do Paraná, criado em 1989 e ligado à Secretaria de Estado da Saúde, registra uma morte materna a cada dois dias no Estado: estas mulheres têm em média 27 anos e morrem de eclâmpsia no período pós-operatório, mesmo tendo freqüentado cerca de cinco consultas de pré-natal e realizado parto hospitalar.

As mortes devidas à gravidez – desejada ou não – são um indicador importante das falhas na atenção à mulher e refletem a complexidade de causas e fatores que atuam sobre a saúde reprodutiva. Na África, Ásia e América Latina, as taxas de mortalidade materna variam respectivamente de 600, 400 e 240 mortes para 100 mil nascidos vivos, enquanto países europeus apresentam uma taxa de 10 mortes para 100 mil nascidos vivos.

O acesso ao planejamento familiar, o uso de anticoncepcionais e o tamanho médio da família variam muito entre os países e regiões. Em nível mundial, cerca de 350 milhões de casais carecem de acesso ao conjunto completo de informações e serviços modernos de planejamento familiar. Segundo dados do Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP), 120 milhões de mulheres recorreriam à anticoncepção se pudessem dispor de um método moderno, econômico e suscetível de ser aceito pelos seus companheiros, famílias e comunidades.¹

Uma prova da existência dessa procura por mais e melhores serviços de planejamento familiar são os 40 milhões de abortos praticados por ano no mundo, dos quais 20 milhões são levados a cabo em condições arriscadas, culminando muitas vezes na morte da mãe. Ressalte-se que embora mais de 95% das pessoas nos países em desenvolvimento vivam em países que apóiam diretamente os programas de planejamento familiar, as distâncias médias que as mulheres precisam percorrer para chegar a uma clínica que ofereça esses serviços variam de 1 km, no Egito, a 19 km em Uganda.

Ainda de acordo com o FNUAP, se nos países como Bangladesh todas as mulheres em idade fértil tivessem somente os filhos desejados, dois terços da mortalidade materna seriam evitados.² Disto se deduz que as políticas de saúde não podem continuar restringindo a questão da reprodução humana a uma série de eventos biológicos, em que as preocupações são dirigidas apenas à concepção e ao nascimento. A reprodução deve ser vista como um processo de larga duração, relacionado com a vida dos casais, sua continuidade, seu status, bem como com a condição da mulher no domicílio e com seu papel na sociedade.

Quando se considera a questão da regulação da fecundidade no Brasil, em termos de queda sistemática no número médio de filhos por mulher e da alta porcentagem de emprego de métodos anticoncepcionais – 70% de uso em mulheres em idade reprodutiva –, pode-se cometer o equívoco de incluir o Brasil no bloco dos países mais desenvolvidos. É preciso destacar, contudo, que tal declínio na fecundidade se deu em um contexto marcado por: grande instabilidade no crescimento econômico, o que levou à estagnação da renda média e ao aumento da pobreza; conflitos de interesses do setor privado, retardando a implantação e normalização do sistema único de saúde; redução gradativa dos recursos públicos destinados à saúde; e não implementação, em todo o território nacional, de programas públicos de saúde reprodutiva, o que explica a contracepção maciçamente apoiada na pílula e na esterilização e a elevada incidência de abortos clandestinos. Considerando que significativa parcela da população, e em especial as mulheres, depende exclusivamente do setor público para o atendimento à saúde, não resta dúvida de que esse cenário teve repercussões sérias sobre a saúde reprodutiva da população feminina.

*Socióloga, consultora na área de Estudos Populacionais do IPARDES.